

Libras e Língua Portuguesa: o bilinguismo em questão no curso de Letras-Libras da UFCG

Resumo: O processo de formação inicial das pessoas surdas tem ocasionado tensões, pois a coexistência de línguas distintas nesse contexto requer, para além de estratégias técnicas formais que visem a apropriação de códigos linguísticos, o exercício de refletir acerca de um currículo ressignificado culturalmente. Tendo isso por base, desenvolvi este estudo em um curso de Letras-Libras, tomando por foco as pessoas surdas. Com vistas a uma melhor compreensão do *corpus* analítico, vali-me da visão epistemológica dos Estudos Culturais e dos Estudos Surdos, por considerar que estes possibilitam uma melhor leitura do processo educacional que envolve as pessoas surdas. Para este estudo, norteie-me das seguintes inquietações investigativas: “quais as implicações que o curso acarreta para as pessoas que não são fluentes nas línguas envolvidas no processo educacional – surdas e ouvintes?” e “quais as exigências teóricas e metodológicas existentes na condição da LS enquanto língua de instrução?”. Os dados apresentados são oriundos de entrevistas realizadas em Libras para os(as) participantes surdos(as) e em língua portuguesa para as participantes ouvintes. Os resultados dão indícios de que há tensões fortemente marcadas pelo contexto bilingue subordinado, especialmente no que concerne à presença da língua portuguesa nos processos formativos quanto à exposição por parte das pessoas surdas.

Palavras-chave: pessoas surdas; bilinguismo; letras-libras.

Ritha Cordeiro de Sousa e Lima
Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia da Paraíba
(IFPB).
ritha.lima@ifpb.edu.br.

Libras and the Portuguese language: the bilingualism in question in the UFCG Brazilian Sign Language Course

Abstract: The initial training process of deaf people has caused tensions, since the coexistence of different languages in this context requires, in addition to formal technical strategies that aim at the appropriation of linguistic codes, the reflection exercise about a curriculum culturally redefined. Based on that, I developed this study in a Brazilian sign language course focusing on deaf people. In order to better understand the analytical *corpus*, I used the epistemological view of cultural studies and studies of the deaf, because I consider they allow a better reading of the educational process that involves deaf people. I had, as reference, the following investigative concerns: “what are the implications that the course brings to people who are not fluent in the languages involved in the educational process – deaf and hearing people?” and “what theoretical and methodological requirements exist in the condition of Brazilian sign language as a language of instruction?”. The data presented come from interviews in Brazilian sign language with deaf participants and in Portuguese language with hearing participants. The results indicate that there are tensions strongly marked by subordinate bilingual context, especially concerning to the presence of the Portuguese language in the training processes regarding the exposure of deaf people.

Keywords: deaf people; bilingualism; Brazilian sign language course.

Libras y la Lengua Portuguesa: el bilingüismo em cuestión en el curso Letras-Libras de la UFCG

Resumen: El processo de formación inicial de las personas sordas há provocado tensiones, ya que la convivencia de diferentes lenguas en este contexto requiere, además de estratégias técnicas formales encaminadas a la apropiación de códigos lingüísticos, el ejercicio de reflexión sobre un currículo culturalmente ressignificado. En base a esto, desarrollé este estudio en un curso de Lenguaje de Libras enfocado en personas sordas. Con miras a una mejor comprensión del *corpus* analítico, utilicé la mirada epistemológica de los Estudios Culturales y los Estudios Sordos, considerando que permiten una mejor lectura del proceso educativo que involucra a las personas sordas. Guíame a partir de las siguientes inquietudes investigativas: “¿Cuál son las implicaciones que conlleva el curso para las personas que no dominan los idiomas involucrado em el processo educativo – personas sordas y personas oyentes?” y “¿Cuáles son los requisitos teóricos y metodológicos existentes em la condición del SL como lengua de instrcción?”. Los datos presentados provienen de entrevistas firmadas em Libras para los participantes sordos y em portugués para los participantes oyentes. Los resultados indican que existen tensiones fuertemente marcadas por el contexto bilingüe subordinado, especialmente em lo que se refiere a la presencia de la lengua portuguesa em los procesos formativos em relación a la exposición de las personas sordas.

Palabras claves: personas sordas; bilingüismo; letras de libras.

Início da conversa

O processo educacional bilingüe para e com as pessoas surdas tem sido significativo para pesquisas no Brasil (Dorziat, 1999, 2009; Karnopp, 2017; Lima, 2021; Lima; Salustiano; Lima, 2022; Lodi, Harisson, Campos, 2012; Pereira, 2012; Quadros, 2012, 2019), com vistas a uma educação que contemple surdos(as) em sua inteireza, principalmente no quesito linguístico. A emergência em se desvencilhar do “fantasma de Milão” parece nos alcançar mais rapidamente a cada ano que se passa.

Em se tratando de pessoas surdas, esse bilinguismo deve ser compreendido enquanto bimodal, visto que é um cenário que abriga duas línguas de modalidade distintas no processo educacional (Quadros, 2019). Entender o caminho que estamos trilhando nos possibilita parar e olhar o que tem sido feito, para então perceber quais modificações são necessárias, com a intenção de promover às pessoas surdas uma educação bilingüe bimodal condizente com a língua, a cultura e as diferenças que permeiam o povo surdo.

Muito embora haja pesquisas¹ que asseverem a importância/necessidade da Língua de Sinais (LS) na formação de pessoas surdas, a Língua Portuguesa (LP) assume uma presença massiva no processo. Quer seja em registros formais, em atividades avaliativas,

1 Lodi, Harrison e Campos (2012); Rangel e Stumpf (2012); Karnopp e Pereira (2012); Quadros (2012); Pereira (2017); Karnopp (2017); e Costa (2018).

ou até mesmo nas questões didáticas de docentes de modo geral, ocasionando fortes tensões na construção do bilinguismo ideal para o povo surdo. Assim, é urgente que a LS ocupe não apenas o papel de língua de instrução, mas, sim, da língua de movimento, de pensamento, de possibilidades avaliativas, de metodologias, de registros formais.

Visando contribuir com a formação bilíngue para pessoas surdas, este estudo pretende possibilitar a reflexão do fazer docente no contexto educacional de pessoas surdas, especialmente no que concerne às tensões que permeiam o ensino de segunda língua para surdos(as). O estudo em questão está estruturado em três seções, além desta: capítulo metodológico, discussões teóricas concomitantemente à análise de dados e discussões finais.

O cenário da pesquisa e a produção dos dados

As inquietações investigativas presentes neste estudo emergiram da minha pesquisa de mestrado e de uma produção minha que compôs a obra (Lima; Salustiano; Lima, 2022). Originalmente, as discussões apresentadas no nosso trabalho posterior –Letramento em língua de sinais: possibilidades para o ensino bilíngue de pessoas surdas em um curso de Letras Libras (Lima; Salustiano; Lima, 2022) – necessitavam de um espaço que possibilitasse que elas fossem ampliadas e até mesmo expandidas para outras pesquisas. Dessa forma, as questões inerentes ao bilinguismo, à cultura e à formação de pessoas surdas integrariam cada vez mais o rol das discussões acadêmicas científicas como alternativas de (re)significar os processos formativos de pessoas surdas.

Os dados coletados para este trabalho procederam da minha pesquisa de mestrado em Educação e tiveram por objetivo estudar o bilinguismo de pessoas surdas no contexto de educação superior no curso de Letras-Língua Brasileira de Sinais (Libras), ofertado de maneira presencial pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). A pesquisa se desenhou enquanto documental, seguida de entrevistas com docentes e discentes do curso.

O curso de licenciatura em Letras-Libras pode constituir um marco resultante dos movimentos sociais das pessoas surdas, as quais se empenharam/empenham pelo reconhecimento linguístico e igualdade de direitos. Os movimentos da comunidade surda, por sua vez, refletiram positivamente em algumas legislações, que asse-

guraram o acesso das pessoas surdas a alguns espaços sociais antes não ocupados, dentre eles, o espaço acadêmico. Essas conquistas foram marcadas pelo tratamento da LS enquanto língua passível de instrução e até mesmo língua científica, uma vez que se torna objeto de estudo nas graduações².

A pesquisa anterior foi desenvolvida por Lima (2021), por meio da análise do projeto pedagógico do curso de Letras-Libras, que apresenta, enquanto perspectiva bilíngue, a fundamentalidade da LS na constituição das pessoas surdas, planos de curso de quatro componentes e entrevistas com docentes e discentes participantes. As entrevistas foram feitas em Libras com os participantes surdos(as) e em língua oral – português – com as participantes ouvintes.

O enfoque de análise aqui exposto é um recorte de entrevistas feitas com participantes que serão identificados com os nomes fictícios escolhidos no ato das entrevistas. Saliento que o estudo aqui apresentado foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UFCG. Assim, para esta pesquisa em questão, desejo refletir sobre as exigências, e possíveis implicações, de um curso que se apresenta como bilíngue bimodal e que se efetiva a partir de um público misto – pessoas surdas e pessoas ouvintes. Busco fazer deste espaço uma possibilidade para trazer questões que consideramos importantes, dada a lacuna de trabalhos que abordem a temática aqui proposta, muito embora esteja ciente de que pelo formato do texto algumas questões merecem uma discussão mais ampla necessitando, assim, de novas pesquisas na área.

Quanto a isso, os dados analisados representam possibilidades de práticas de ensino bilíngue que tomam a LS como condição para a compreensão de textos produzidos em português escrito e, conseqüentemente, melhor domínio dos conhecimentos formais, necessários ao docente de Letras-Libras.

LP e Libras: as nuances dessa coexistência no curso de Letras-Libras

As relações humanas tendem a se efetivar através da língua, pois é ela que possibilita o dizer de si e do outro, o acesso ao conhecimento socialmente construído, a participação e a compreensão do mundo. A língua pode ser, ao mesmo tempo, objeto de estudo e veículo para propiciar o entendimento; é esse, dentre outras

² As conquistas que cito foram materializadas em algumas legislações vigentes, dentre as quais a Lei de Acessibilidade – nº10.098/00 –, o decreto que regulamenta a Lei da Libras – nº 5.626/05 –, a lei que reconhece a profissão do(a) tradutor(a) e intérprete de Libras – nº 12.319/10 –, entre outras.

possibilidades, o caso do curso de licenciatura em Letras-Libras, *corpus* analítico deste estudo, o qual subentende-se que Letras está relacionado à LP, e Libras, à LS.

Essa formação singular permite o encontro de duas línguas, sendo, portanto, um curso bilíngue. É imprescindível ressaltar que o contexto bilíngue dessa formação não deve ser confundido com o de outros cursos que oferecem dois idiomas, a exemplo das formações em Letras com Espanhol ou Letras com Inglês. Isso porque essa licenciatura, em particular, ocasiona um ambiente bilíngue bimodal, haja vista o fato de as línguas se apresentarem em modalidades distintas. É salutar, então, entender que esse processo evidencia a necessidade de que as pessoas envolvidas nessa formação sejam fluentes nas duas línguas.

A priori, faz-se necessário reconhecer a complexidade que essa coexistência, Libras e a LP, instaura em um cenário educacional, ao entendermos as imensas dificuldades, especialmente das pessoas surdas, quanto à aquisição de uma segunda língua – LP na modalidade escrita –, visto que, para elas, a condição de bilíngues bimodais é crucial nas relações com uma sociedade majoritariamente ouvinte e não fluente em LS.

O envolvimento ou a fluência em duas línguas pressupõe o bilinguismo, que, para além do “bi”, que identifica duas línguas, busca considerar as pessoas produtoras dessa língua, que envolve história de vida, cultura, identidades, condições sociais, condições de gênero; enfim, o ser e estar no mundo (Sá, 1998). A perspectiva de língua como símbolo de cultura rebate, inevitavelmente, sobre os processos educacionais desenvolvidos no ambiente escolar. Por isso, o bilinguismo toma a LS como língua de instrução em todo o currículo educacional, que deve ser pensado para e com os(as) surdos(as) envolvidos(as). Uma vez feitas essas considerações, “[...] certamente alterarão todo o quadro dos objetivos pedagógicos e todo o cotidiano escolar” (Sá, 1998, p. 185).

Nas palavras de Bidarra e Martins (2016, p. 153), são possíveis três categorizações de bilinguismo:

- (i) o Bilinguismo Composto, caso em que os dois conjuntos de códigos linguísticos estariam relacionados a uma mesma unidade de significado; (ii) o Bilinguismo Coordenado [...] em oposição ao primeiro tipo, os códigos linguísticos (palavras e conceitos) de uma e de outra línguas aprendidos em diferentes ambientes estariam armazenados em dois sistemas disjuntos; e

o (iii) Bilinguismo Subordinado, no qual os códigos linguísticos de L2 [segunda língua], para serem compreendidos pelo falante, dependeriam de L1 [primeira língua].

As pessoas surdas, em sua maioria, são bilíngues bimodais. Para tal afirmação, tomo as palavras de Quadros (2012, p. 189), que diz que o bilinguismo é “[...] o uso que as pessoas fazem de diferentes línguas (duas ou mais) em diferentes contextos sociais”. A autora acrescenta que, em um contexto bilíngue, as pessoas surdas utilizam as línguas em um cenário diferenciado, marcando uma interdependência em ambas. Assim, no ambiente educacional que adota o bilinguismo, duas opções tornam-se possíveis: a exposição simultânea e a consecutiva nas duas línguas. A primeira caracteriza-se pela exposição das duas línguas por interlocutores distintos: um(a) interlocutor(a) surdo(a) para o ensino de LS e um(a) interlocutor(a) ouvinte para o ensino de Segunda Língua (L2), na modalidade escrita (Guarinelo, 2007). Dessa forma, assegura-se que a LS tem primazia no contexto educacional de pessoas surdas.

Nesse sentido, a configuração do curso de Letras-Libras se caracteriza como uma exposição simultânea das duas línguas, com o curso ofertado pela UFCG pensado, especialmente, para as pessoas surdas. O vestibular próprio e as aulas predominantemente em LS anunciam essa postura, de tal modo que docentes ouvintes devem ter proficiência em Libras, baseando-se no Projeto Político Pedagógico (PPP) do curso, quando diz ter por prioridade “[...] que o perfil dos discentes, bem como o dos docentes, se caracterize pelo domínio da Libras” (Universidade Federal de Campina Grande, 2015). Quanto a isso, refiro-me à fluência comunicativa na língua.

À vista disso, tem-se professores(as) ouvintes e ensinando, através da Libras, as produções em Primeira Língua (L1) e em L2. A partir desse cenário, lançando o meu olhar para o papel da Libras durante a mediação, é possível interpretar que essa língua, enquanto língua de mediação curricular, ocupa o espaço de língua natural das pessoas surdas, ou L1 para esse público. Em contrapartida, para o público ouvinte, durante esse mesmo momento de mediação, a Libras ocupa o lugar de L2, e a LP, por sua vez, apresenta-se como L2 em momentos de leitura e produção escrita, por parte de pessoas surdas, ao passo que se configura como L1 das pessoas ouvintes.

Essa coexistência das línguas no mesmo cenário nos faz refletir: quais as implicações que o curso acarreta para as pessoas que não

são fluentes nas línguas envolvidas no processo educacional – surdas e ouvintes? A fim de contemplar esse questionamento, analiso os excertos que seguem:

Excerto 1:

[...] se eu coloco tudo em LS, os ouvintes não compreendem, por não conhecerem bem a LS. É uma dificuldade extrema. Eu busco sempre alternar as línguas nas atividades. [...] E, assim, eu busco fazer esse equilíbrio entre as línguas (Rebeca).³

3 Professora do curso de Letras-Libras (UFCG), entrevista concedida em novembro de 2021.

A partir da fala de Rebeca, é possível identificar que algumas pessoas ouvintes ingressam no curso sem apresentar fluência em LS. O imbricamento das línguas possibilita estratégias à professora de se valer das duas línguas para desenvolver as atividades; contudo, essa alternativa está centrada nas línguas naturais de um público misto. No momento que a atividade estiver em LS, as pessoas surdas não encontram dificuldades em compreender e produzir suas respostas naquela língua; igualmente, quando a resolução se encontra em LP, as pessoas ouvintes não encontram empecilhos em responder em sua língua natural. No último contexto, a aquisição da LP por pessoas surdas é um caminho bastante complexo.

O desafio de ensinar a LP para as pessoas surdas pode ser percebido nos diversos níveis de ensino, intensificado, talvez, pela escassez de formação nesse sentido, porque tanto docentes quanto discentes são afetados pela angústia do como fazer. O primeiro grupo mais voltado à excelência da docência, e o segundo, à aplicabilidade da L2 em sua vida prática. Repetidamente, as pessoas surdas são expostas a uma aprendizagem mecânica, “de fora para dentro sem uma reflexão do funcionamento [da língua portuguesa]” (Pereira, 2009, p. 15). Em consequência disso, a aquisição da língua tende ao comprometimento, ocasionando longos períodos de treinos repetitivos e produções artificializadoras, quase sempre. A escrita nesses parâmetros “limita-se ao conhecimento gramatical, processo que implica na decodificação/identificação vocabular” (Lodi; Harrison; Campos, 2012, p. 13), produções que se concluem em fins didáticos.

Sánchez (2001, p. 6) afirma que “os surdos não podem se estabelecer como alfabetizados”. Para o autor, isso acontece pelo fato de não ser possível as pessoas surdas distinguirem as diferenças

pertinentes e, em alguns casos, a impossibilidade destas de conceber os sons. A negligência da alfabetização das pessoas surdas ocorre justamente na exposição desse público a processos voltados às pessoas ouvintes, a concepção de alfabetização regida pelo “sistema grafofônico” (Soares, 2004, p. 8), com o uso da LS como ponte para a aquisição da LP.

A construção de sentidos na LS pode ser comprometida, tendo em vista o objetivo pedagógico final de alfabetizar a pessoa surda. Sánchez (2001, p. 7) salienta que os(as) surdos(as) podem fazer uso da língua escrita; porém, isso não tem relação com o processo de alfabetização, e o autor segue em afirmar a importância de um “entorno de leitura”, uma vez que o ambiente de leitura exerce forte influência na formação do(a) leitor(a). A latente ausência de leitores(as) competentes surdos(as) impacta na relação das crianças surdas como leitores(as) fluentes. Em um movimento comparativo, as crianças ouvintes são introduzidas em um ambiente de leitura ainda muito pequenas. Nesse entorno de leitura, recebem informações linguísticas que “[...] englobam aspectos semânticos, sintáticos e pragmáticos da língua escrita” (Sánchez, 2001, p. 8). Entretanto, às crianças surdas não são oportunizados momentos assim; como consequência, o processo de escrita e leitura na L2 é comprometido.

Por conseguinte, ao ingressarem na academia, as pessoas surdas são submetidas à produção de gêneros acadêmicos e leituras teóricas que demandam uma compreensão mais geral da língua como um todo. É nesse cenário que surge um confronto entre as línguas, LP e LS, elevando as tensões provenientes da aquisição de L2. É relevante, no entanto, situar que, na formação em questão, a LP é contemplada na perspectiva de L2 para as pessoas surdas, não havendo expectativas de que as produções sejam equivalentes às desenvolvidas pelas pessoas ouvintes. Contudo, em um sentido mais amplo, os alunos e as alunas angustiam-se pela ausência do como fazer, e os professores e as professoras esperam produções que, talvez, não atendam às suas expectativas.

Um ponto a ser considerado, no que tange o uso das duas línguas, proporcionalmente, é que o curso em questão foi pensado para as pessoas surdas, especialmente. Entretanto, tanto professores(as) surdos(as) quanto professores(as) ouvintes utilizam as línguas – LP e LS – como registro avaliativo. Quanto a isso, o Excerto 2 anuncia uma reflexão expressiva:

Excerto 2:

*O uso das línguas depende muito de cada professor. Uma observação minha é que mesmo os professores surdos, dependendo dos prazos do semestre, todo mundo tem feito provas escritas [...], **mas seria mais fácil pensar que a escrita é melhor para os ouvintes [...]**, o uso do texto escrito ou o uso da avaliação escrita é muito mais frequente do que a gente poderia imaginar (Larissa).⁴*

4 Coordenadora do curso de Letras-Libras (UFCG), entrevista concedida em novembro de 2021.

A partir do Excerto 2, Larissa ressalta que a LP, inevitavelmente, favorece muito mais às pessoas ouvintes do que as pessoas surdas. Facilmente, essa informação dada por ela é justificada pelo fato de as pessoas ouvintes terem a LP como sua língua natural; assim, as dificuldades vivenciadas são mais graves quando se trata das pessoas surdas. Um fato bastante relevante é que há mais metodologias desenvolvidas para o ensino de LP do que para o ensino de LS. Nesse contexto, aos(as) docentes, apresenta-se a necessidade da criação de novas metodologias ou até mesmo uma busca mais acentuada do que outros(as) profissionais têm produzido nesse sentido, com o intuito de ter uma iluminação do como começar, ou de onde partir.

Depreende-se do Decreto nº 5.626/05 que a LP deve ser ensinada na modalidade escrita e que a LS deve ocupar o papel de língua de instrução. A partir de Lodi (201, p. 54), é possível pensar na “[...] presença da escrita do português nos processos educacionais decorrentes da organização pedagógica, na medida em que as atividades, os textos complementares à sala de aula [...] garantem também a língua o status de instrução”. Então, é importante refletir sobre qual nível de contexto bilíngue está sendo promovido para os(as) alunos(as) surdos(as).

Se a Libras deve ser a língua de instrução e, partindo da afirmação de Lodi, a presença de materiais de apoio didático-pedagógicos estão em LP, dando destaque, ainda, para os processos avaliativos nessa língua, seria mais adequado que esses materiais de apoio fossem traduzidos para a LS. Em se tratando de uma turma mista, as pessoas ouvintes poderiam fazer uso do material traduzido para Libras como uma ferramenta para aquisição de vocabulário, e as pessoas surdas teriam o material sinalizado como suporte para a compreensão da leitura em LP, dirimindo, assim, as possíveis

lacunas existentes pelo pouco conhecimento do português, conforme relatado.

Destarte, visando responder ao nosso questionamento inicial, “quais as implicações que o curso acarreta para as pessoas que não são fluentes nas línguas envolvidas no processo educacional – surdas e ouvintes?”, é possível identificar que as teorias do curso em questão, assim como grande parte do conhecimento adquirido socialmente, apresentam-se em LP. Tal fato provoca grande tensão entre a comunidade discente surda, dada a relação histórica do povo surdo com a exposição à L2, podendo ser considerada uma tentativa de normalização que os(as) condiciona, constantemente, a serem surdos(as) em português. No que se refere às pessoas ouvintes ingressantes não fluentes em Libras, a ausência da LS compromete a apropriação dos conteúdos e discussões no espaço acadêmico, visto que a LS, nesse contexto, é condição *sine qua non*, uma vez que ocupa o papel de língua de instrução.

Quanto à especificidade do curso investigado, que diz respeito ao ensino em LS, vejamos:

Excerto 3:

[...] a gente quer garantir que o curso não seja de ensino de língua, mas que seja de formação de professor. Não temos nenhuma turma com todos os alunos proficientes em LS. Isso faz com que a gente tenha que reduzir a velocidade das aulas, tem toda uma estratégia que tem que ser feita. [...] os ouvintes não entram com o nível de LS que deveriam entrar [...] e os surdos não entram com um nível de LP para serem mais autônomos nas suas leituras (Larissa).

Lamentavelmente, a falta de proficiência por parte das pessoas ouvintes ingressantes demanda estratégias, descritas por Larissa, que podem interferir nas aulas em LS no curso. Uma delas centra-se na redução da velocidade, tendo em vista que são aulas sinalizadas; essa redução na velocidade de sinalização pode ser um fator preponderante para supressão de conteúdos e, assim, tem potencial de comprometer o bom andamento dos componentes curriculares. Esse argumento se sustenta, uma vez que os conteúdos programados para serem abordados, durante o andamento do componente, estão atrelados à durabilidade deste. A necessidade de uma abordagem de conteúdos mais lenta pressupõe abreviação

de algum fator; nesse caso, o tempo de abordagem dos conteúdos ou a quantidade destes.

Além da ausência da LS, Larissa salienta a falta, por parte das pessoas surdas, de um nível de conhecimento na LP suficiente para torná-las autônomas nas leituras e nas produções textuais, demanda do processo formativo, de modo geral. Contudo, não há relatos sobre quais estratégias têm sido empreendidas para minimizar essa falta de fluência.

É salutar compreender que o movimento de leitura para as pessoas surdas “[...] implica reconhecimento vocabular, significação monossêmica da palavra e em pareamento termo-a-termo entre outras palavras do português e da língua de sinais” (Lodi; Harrison; Campos, 2017, p. 42). Diferentemente de uma relação de bilinguismo com línguas de uma mesma modalidade, as pessoas surdas, bilíngues bimodais, não estabelecem uma relação de interação com o texto escrito, pois não é uma leitura com construção de sentidos. Pelo contrário, está mais associada a exercícios de correções das relações feitas com sua língua natural (Lodi; Harrison; Campos, 2017). Diante disso, é urgente a naturalização de letramento em Libras no contexto educacional das pessoas surdas.

O letramento em Libras considera a LS como uma língua de construção de sentidos do que, há muito, está registrado em língua oral. A instauração de tal letramento em muito possibilita produções fluidas e em grande demanda das pessoas surdas. Reafirmo que “[...] a naturalização de textos sinalizados compreende uma iniciativa importante, uma vez que tal modalidade de texto é bastante utilizada no convívio do Povo Surdo” (Lima; Salustiano; Lima, 2022, p. 86). No dizer de Quadros (2019, p. 152), uma vez que o assunto que as pessoas surdas desejam tratar lhes é importante, “[...] são postados vídeos em Libras, em vez de escrever em português. O trivial pode ser dito em português, mas o que é importante é filmado em Libras”.

Em Skliar (1998, p. 10), “a língua de sinais [...] é um meio eficaz para resolver a questão da oralidade dos[as] surdos[as], mas não, por exemplo, um caminho para a construção de uma política de identidades surdas”. Ainda que em um contexto educacional pensado para considerar as questões linguísticas das pessoas surdas, com o emprego da LS em todo esse contexto – não limitando-a, unicamente, à língua de instrução –, é possível identificar a presença da LP no registro de documentos.

Na esteira das análises, temos o imbricamento das línguas em todo o processo formativo, em que o “bilinguismo subordinado” perpassa todas as falas dos participantes da pesquisa. Com fins didáticos, selecionamos dois excertos que elucidam a temática.

Excerto 4:

A gente não tem como se distanciar do uso dessas línguas. Apesar do curso licenciar para lecionar Libras, o nosso alunado tem que ter conhecimento, até porque a lei reza isso, a Libras é a L1 das pessoas surdas, mas ela tem que ter a L2, o português, para leitura e escrita [...], até na escola bilíngue eles têm caderneta, têm plano de curso, têm planejamento (Rebeca).

A fala de Rebeca ratifica uma sociedade que se organiza em torno da língua escrita. Muito embora as pessoas surdas tenham conquistado o direito de se expressar em sua língua natural, ainda lhes é previsto a escrita em LP como L2. Contudo, não seria isso uma forma de as pessoas surdas serem aprisionadas ao hospedeiro ouvinte que, há muito, assume a representação do jeito “certo” de ser, de estar e pertencer ao mundo? Acredito que, após vários estudos sobre a SignWriting⁵, seriam apropriados a implementação e o reconhecimento dessa escrita como legítima das pessoas surdas. Argumento que, nos moldes de ensino de L2 para as pessoas surdas, muito tem se aproximado de uma interlíngua, no dizer de Bidarra e Martins (2016, p. 168), que afirmam haver “[...] um emprego predominante de estratégias de transferência da língua de sinais (L1) para a escrita da LP (L2), caracterizada por vários elementos comumente presentes nestas produções”.

5 Escrita de sinais.

Mesmo em um contexto educacional, que deveria considerar as questões linguísticas das pessoas surdas, como uma escola bilíngue, a construção de uma política que contemple as identidades surdas, o emprego da LS em todos os processos educacionais – não limitando-a à língua de instrução unicamente –, é possível identificar a presença da LP no registro de documentos.

O ser surdo(a) em LS parece não ser o bastante, e é justamente nesse ponto que residem as ausências. Tem-se pessoas surdas num ambiente de educação para estas, mas o registro do ensino em LS deve ser em português, marcando, assim, a insistência pela norma-

lização das pessoas surdas que, constantemente, são condicionadas à surdez em português.

Já é hora – ou, talvez, haja um considerável atraso – de desbravar a fronteira do registro em LS através de documentos sinalizados. Para os casos em que a escrita tem um valor substancial, que os(as) tradutores(as) de Libras entrem em ação para tal fim, e com isso, romper com o que Skliar (1998) denomina de “representações ouvintistas” (p. 18), ainda tão presentes na educação das pessoas surdas e com pessoas surdas.

Considerações em aberto

No percurso de feitura deste estudo, que se pautou na perspectiva dos Estudos Culturais e Estudos Surdos, que compreendem as pessoas surdas com identidade, língua e cultura próprias, as quais têm implicações teórico-práticas no universo do ensino superior, retorno às questões que nortearam este texto: “quais as implicações que o curso acarreta para as pessoas que não são fluentes nas línguas envoltas no processo educacional – surdas e ouvintes?” e “quais as exigências teóricas e metodológicas existentes na condição da LS enquanto língua de instrução?”.

Com relação à primeira questão investigativa, conclui que, para as pessoas surdas, a exposição em larga escala à LP, quer seja em processos avaliativos, textos norteadores, produções escritas ou quaisquer outros veículos didáticos, é mais desvantajosa do que a exposição das pessoas ouvintes à LS. Isso porque, para a falta de fluência em LS, foram evidenciadas as estratégias de redução da velocidade de sinalização. Há, ainda, a possibilidade de aquisição dessa língua através do convívio com ingressantes surdos(as); entretanto, o mesmo não pode ser dito quanto às pessoas surdas.

Considerando a relação linguística que constitui o curso de Letras-Libras na UFCG, a presença da LP na educação das pessoas surdas tem sido uma condição fundamental para configurar o ensino bilíngue; com efeito, o próprio Decreto-Lei nº 5.626/05 oferece inclinações a essa visão simplista. Identifiquei que, apesar do curso ser pensado para as pessoas surdas, no que tange a presença da LS, a existência tão acentuada da LP em todo o processo formativo, quer seja por docentes surdos(as) ou por docentes ouvintes, ocasiona um certo tipo de desvantagem para as pessoas surdas em questão. Visto que nisso reside um ponto de tensão, talvez o maior,

no ensino bilíngue para as pessoas surdas. Entender o lugar da LS e o lugar da LP em um processo formativo bilíngue não é uma tarefa fácil; contudo, é bastante necessária. O meu chamamento é, assim, para reflexão do como fazer.

Sobre o segundo ponto investigativo, o curso ainda não oferece um quantitativo expressivo de materiais didáticos em LS, o que reflete, diretamente, nas exigências teóricas metodológicas tomando a Libras enquanto língua de instrução. Isso porque as teorias estão registradas formalmente em português escrito, e discentes ouvintes, sem ou com baixa fluência em Libras, tendem a não sentir prejuízos para acessarem o conhecimento difundido no curso.

É necessária a quebra do ciclo vicioso que há tempos vem se mantendo no sistema educacional de pessoas surdas brasileiras, e um curso que se destina à formação de professores(as) de Libras, com base na nossa leitura, é um campo fértil para realização dessas mudanças, que tendem a marcar uma nova era na vida social, acadêmica/escolar e profissional de surdos(as) neste tempo.

Referências

BIDARRA, Jorge; MARTINS, Tânia Aparecida. Português, a segunda língua dos surdos brasileiros: aspectos para reflexão. In: BIDARRA, Jorge; MARTINS, Tânia Aparecida; SEIDE, Márcia Sipavicius (org.). *Entre a Libras e o Português: desafios face ao bilinguismo*. Cascavel, PR: EdUNIOESTE; Londrina: EdUEL, 2016. p. 147-175.

BRASIL. Decreto-Lei nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm. Acesso em: 9 jan. 2020.

DORZIAT, Ana. Bilinguismo e surdez: para além de uma visão linguística e metodológica. In: SKLIAR, Carlos (org.). *A atualidade da educação bilíngue para surdos*. Porto Alegre: Mediação, 1999, p. 27-40.

DORZIAT, Ana. *O outro da educação: pensando a surdez com base nos temas Identidade/ Diferença Currículo e Inclusão*. Petrópolis: Vozes, 2009.

GUARINELLO, Ana Cristina. *O papel do outro na escrita de sujeitos surdos*. São Paulo: Plexus, 2007.

KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de sinais e língua portuguesa: em busca de um diálogo. In: LODI, Ana Claudia Baleiro; HARISSON, Kathrin Marie Pacheco; CAMPOS, Sandra Regina Leite de; TESKE,

Ottmar (org.). *Letramento e minorias*. Porto Alegre: Mediação, 2017. p. 53-58.

LIMA, Ritha Cordeiro de Sousa e. *Ensino superior e pessoas surdas: o bilinguismo em questão no curso de Letras Libras da UFCG*. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2021.

LIMA, Ritha Cordeiro de Sousa e; SALUSTIANO, Dorivaldo Alves; LIMA, Niédija Maria Ferreira. Letramento em língua de sinais: possibilidades para o ensino bilíngue de pessoas surdas em um curso de Letras Libras. In: RIBEIRO, Roziane Marinho; SALUSTIANO, Dorivaldo Alves; RAMOS, Fabiana (org.). *Práticas de linguagem, letramentos e diversidade*. Campina Grande: EdUFCG, 2022. v. 1, p. 7-244.

LODI, Ana Cláudia Balieiro. Educação bilíngue para surdos e inclusão segundo a Política Nacional de Educação Especial e o Decreto nº 5.626/05. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 39, n. 1, p.49-63, jan./mar. 2013.

LODI, Ana Cláudia Balieiro; HARRISON, Kathryn Marie Pacheco; CAMPOS, Sandra Regina leite de. Letramento e surdez: um olhar sobre as particularidades dentro do contexto educacional. In: LODI, Ana Cláudia Balieiro; HARRISON, Kathryn Marie Pacheco; CAMPOS, Sandra Regina leite de; TESKE, Ottmar (org.). *Letramento e minorias*. Porto Alegre: Mediação, 2017. p. 35-44.

LODI, Ana Cláudia Balieiro; HARRISON, Kathryn Marie Pacheco; CAMPOS, Sandra Regina leite de. Letramento e surdez: um olhar sobre as particularidades do contexto educacional. In: LODI, Ana Cláudia Balieiro; MÉLO, Ana Dorziat Barbosa de; FERNANDES, Eulalia (org.). *Letramento, bilinguismo e educação de surdos*. Porto Alegre: Mediação, 2012. p. 11-24.

PEREIRA, Maria Cristina da Cunha; VIEIRA, Maria Inês da Silva. Bilinguismo e Educação de Surdos. *Revista Intercâmbio*, São Paulo, v. 19, p. 62-67, 2009.

PEREIRA, Maria Cristina da Cunha. Papel da língua de sinais na aquisição por estudantes surdos. In: LODI, Ana Cláudia Balieiro; HARRISON, Kathryn Marie Pacheco; CAMPOS, Sandra Regina Leite de; TESKE, Ottmar (org.). *Letramento e minorias*. Porto Alegre: Mediação, 2017. p. 45-52.

QUADROS, Ronice Muller de. O “Bi” e bilinguismo na educação de surdos. In: LODI, Ana Cláudia Balieiro; MÉLO, Ana Dorziat Barbosa de; FERNANDES, Eulalia (org.). *Letramento, bilinguismo e educação de surdos*. Porto Alegre: Mediação, 2012. p. 187-200.

QUADROS, Ronice Muller de. *Libras*. São Paulo: Parábola, 2019.

SÁ, Nídia Regina Limeira de. O discurso surdo: a escuta dos sinais. In: SKLIAR, Carlos (org.). *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação, 1998. p. 169-192.

SÁNCHEZ, Carlos Manuel García. Los sordos, la alfabetización y la lectura: sugerencias para la desmitificación del tema. In: CONGRESO LATINOAMERICANO DE EDUCACION BILÍNGUE-BICULTURAL PARA SORDOS, 6., 2001, Santiago de Chile. *Anais [...]*. Santiago de Chile: [s. n.], 2001.

SÁNCHEZ, Carlos. La lengua escrita: esse esquivo objeto de la pedagogia para sordos y oyentes. In: SKLIAR, Carlos (org.). *A atualidade da educação bilíngue para surdos*. Porto Alegre: Mediação, 1999. p. 35-45.

SKLIAR, Carlos. Os estudos surdos em educação: problematizando a normalidade. In: SKLIAR, Carlos (org.). *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação, 1998. p. 7-32.

SOARES, Magda. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 25, p. 5-17, jan./abr. 2004.

STROBEL, Karin. *As imagens do outro sobre a cultura surda*. 2. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE. *Projeto Pedagógico do curso de licenciatura em Letras Libras*. Campina Grande: UFCG, 2015.

Submetido em: 24/05/2023
Aceito em: 01/04/2024